

PMSP - SUBPREFEITURA GUAIANASES

Termo de Referência 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	925074-PMSP - SUBPREFEITURA GUAIANASES	RAFAEL BEBIANO DE AGUIAR	07/05/2026 12:12 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		6038.2026/0000313-5

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Lâmpadas, LED, tube glass

Especificação do Objeto:

Lâmpadas, LED, tube glass, 18 W, 1850 lm(LÚMEN), 6.500k (branca fria).

Características Gerais:

- **Tipo:** LED Tubular T8 (formato linear).
- **Comprimento:** 1200mm (nominal).
- **Material do Corpo:** Vidro (Tube Glass).
- **Potência Nominal:** Máximo 18W.
- **Fluxo Luminoso:** Mínimo de 1.850 lúmens.
- **Temperatura de Cor:** 6.500K (Branca Fria / Luz do Dia).
- **Tensão de Operação:** Bivolt Automático (100V a 242V).
- **Base (Soquete):** G13.
- **Fator de Potência:** 0,92.
- **Vida Útil (L70):** Mínimo de 25.000 horas.
- **Índice de Reprodução de Cor (IRC):** Mínimo 80.
- **Driver:** Integrado à lâmpada (não requer reator externo).

Garantia:

O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de entrega definitiva. A substituição de unidades defeituosas deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a notificação, sem ônus adicional para a Administração

Qualidade e Certificação:

O produto deverá possuir certificação compulsória do **INMETRO** (Portaria nº 144/2015 ou posterior), com selo de identificação da conformidade no corpo da lâmpada e na embalagem.

Deverá atender **ABNT NBR IEC 62560, ABNT NBR 16026, ABNT NBR IEC 60061-1 e outras normas vigentes.**

A licitante vencedora deverá apresentar o certificado de conformidade do produto emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP).

- 1.2. O material, objeto desta contratação, é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. A entrega será única, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do(a) primeiro dia útil subsequente ao recebimento da *NOTA DE EMPENHO* ou *Instrumento Equivalente (Ordem de Fornecimento)*.
- 1.4.1 Local de entrega: Rua Luís Mateus, 1.505 - Jd. São Pedro - Guaianases - SP - CEP 06060-000
- 1.4.2 Horário: De Segunda-feira a Sexta-feira, a partir das 08:00 até 16:00
- 1.5. O **Anexo da Nota de Empenho** oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Na aquisição destes materiais exige-se qualidade e atendimento às normas técnicas vigentes (ABNT NBR 15210 ou normas equivalentes)

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação conforme Lei 14.133/2021 Art. 28, I, e Decreto 62.100/2022 Art. 37, I seus quantitativos encontram-se em Definição do objeto.

2.2. O objeto da contratação está previsto no PLOA 2026

Os recursos estão disponíveis na dotação:

68.10.15.452.4021.2.341.33903000.00.1.500.9001.0

3. Descrição da solução

Os serviços de manutenção, conservação e reparos em áreas públicas e próprios municipais sob a jurisdição da Subprefeitura Guaianases, devem ser realizados de forma contínua e preventiva. Para tanto, são necessários diversos materiais, de maneira a atender as exigências da manutenção, conservação e reparos.

A escolha pela lâmpada LED com invólucro de vidro (Tube Glass) fundamenta-se no princípio da economicidade. Entre as tecnologias LED disponíveis, o modelo em vidro apresenta o menor custo de aquisição unitário, permitindo a modernização do parque luminotécnico com o menor desembolso imediato de recursos públicos. A relação custo-benefício é otimizada, visto que o material entrega a mesma eficiência luminosa (lúmens/Watt) que versões em polímeros mais caros.

O modelo de 18W em vidro oferece uma substituição direta e eficiente para as antigas lâmpadas fluorescentes de 36W/40W.

Redução de Consumo: A economia de energia estimada é de aproximadamente 50%.

Qualidade de Luz: O bulbo em vidro leitoso garante uma difusão de luz uniforme em 320° ou 360° (dependendo do modelo), evitando o ofuscamento e mantendo a estética das luminárias existentes.

Manutenção e Compatibilidade: A utilização do padrão T8 com base G13 assegura que não serão necessárias trocas de luminárias ou adaptações estruturais complexas, exigindo apenas o ajuste na fiação (eliminação do reator), o que reduz o custo de mão de obra na instalação.

4. Requisitos da contratação

4.1 - Subcontratação:

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 - Da exigência de amostra:

4.2.1. Não será exigida amostra, uma vez que já temos conhecimento do produto, e deverá atender fielmente a especificação.

4.3. - Garantia da contratação:

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - entrega única.

4.4. Descrição dos material e quantidade pretendida:

Lâmpadas, LED, tube glass, 18 W, 1850 lm(LÚMEN), 6.500k (branca fria).

- 50 lâmpadas (acondicionadas em caixas de 10 unidades).

4.5 Prazo máximo de entrega: até 10 dias corridos, contados a partir do 1º dia útil após a retirada da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no Almoxarifado da Subprefeitura Guaianases.

4.6. A empresa contratada deverá:

- Fornecer material conforme especificações técnicas;
- garantir qualidade e desempenho do produto, sem nenhum defeito;
- realizar o transporte com veículo adequado e equipe para descarregamento;
- arcar com as despesas com embalagens, seguro e transporte dos bens até o local da entrega;
- Substituir, sem ônus para a PMSP, qualquer lâmpada que apresente defeito ou avaria no transporte.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. A aquisição dos itens será mediante a retirada da **Nota de Empenho e anexo**, formalizada, que servirá como **Contrato**.

5.2. A entrega será **Única**.

5.2.1 O **prazo de entrega do material é de até 10 (dez) dias corridos** contados a partir do primeiro dia útil subsequente a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente (Ordem de Fornecimento).

5.2.2. **Prorrogação da entrega - caso não seja possível a entrega** na data assinalada, a empresa poderá solicitar por meio eletrônico prorrogação do prazo por igual número de dias, uma única vez, desde que a empresa solicite a prorrogação do prazo por escrito e com a devida justificativa, antes do término do prazo inicial.

5.3 Os bens deverão **ser entregues no seguinte endereço e horários**: Rua: Luís Mateus 1505, CEP: 08420-750 - Jardim São Pedro - São Paulo - SP 08420-750. Almoxarifado (A /C Sr. Arildo), de Segunda à Sexta das 08:00 às 16:00 horas.

Condições de Recebimento do objeto

5.4 O objeto da contratação (insumo/materiais) será recebido pela contratante **provisoriamente e definitivamente** consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

5.5. O **transporte ocorrerá por conta da CONTRATADA**, ou seja, o valor unitário do insumo/material engloba também a entrega no endereço indicado pela Subprefeitura de Guaianases.

5.5.1 A **descarga e o acondicionamento** do material no local da entrega constituem obrigações da CONTRATADA.

5.5.2 Corre por conta da CONTRATADA **qualquer prejuízo** causado ao material em decorrência do transporte ou descarga, devendo-se **garantir proteção durante o transporte contra possíveis choques, danos e demais providências a cargo da CONTRATADA**, como seguro e outras, que deverá cumprir com as normas exigidas na legislação em vigor.

5.5.3 **Eventuais danos às instalações e equipamentos do Almoxarifado – Sub-G**, decorrentes da entrega do material, deverão ser ressarcidos e/ou reparados pela CONTRATADA, não cabendo qualquer contestação ou ônus à Subprefeitura Guaianases.

5.6. O **insumo/material deve ser entregue** na Rua Luís Mateus, 1505 – Jardim São Pedro – São Paulo/SP, de segunda a sexta, das 8h00 às 16h00 – (11) 2392-1030 ramal 1104, mediante Ordem de Fornecimento – OF, ou instrumento equivalente (**Nota de Empenho**).

5.7 A Ordem de Fornecimento – OF, ou instrumento equivalente (**Nota de Empenho**), **deverá obrigatoriamente conter: data, número do processo, número do Termo de Contrato, número da Nota de Empenho, quantidade do material solicitado, valor, local de entrega e assinatura do fiscal**.

5.8. **O prazo máximo para entrega** do insumo/material, à critério do STM, será de **10 dias corridos contados** do(a) primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Ordem de Fornecimento – OF, ou instrumento equivalente (**Nota de Empenho**), pela CONTRATADA.

5.8.1 **Itens em desacordo com as especificações exigidas**, não serão aceitos, ficando ao encargo da CONTRATADA a substituição, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a comunicação**.

5.8.2 **Todas as despesas com recolhimento e envio de produtos defeituosos e com entrega de novos produtos serão de responsabilidade da CONTRATADA**, sem ônus ao CONTRATANTE.

5.9 O material entregue deve vir **acompanhado da respectiva Nota Fiscal do produto**.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado **fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A **execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada** pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3. O contratado **será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas**, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei no 14.133, de 2021) UASG 925074 Termo de Referência 2/2023.

6.4. O contratado será responsável pelos **danos causados diretamente à Administração** ou a **terceiros em razão da execução do contrato**, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei no 14.133, de 2021).

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1 Os serviços será(ão) **recebido(s) provisoriamente**, no prazo de até **02 (dois) dias**, pelo fiscal e/ou suplente, mediante termos detalhados (Ateste de Recebimento - SEI). (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 141, I, a do Decreto nº 62.100, de 2022).

7.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento do objeto juntamente com a **solicitação de pagamento** oriunda do contratado com a comprovação da entrega do material a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.2. A fiscalização **não efetuará o ateste** da última e/ou única medição de serviços/material até que **sejam sanadas todas as eventuais pendências** que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.1.3. Os serviços e/ou materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **Termo de Referência e na Proposta** (Anexo I - Edital), sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá **enquanto pendente a solução**, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Liquidação

7.3 Se o contrato não contiver definição do dia do vencimento da obrigação, a unidade orçamentária adotará, como data de vencimento, **30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega** da documentação pela contratada, nos termos do art. 142º, do Decreto Municipal 62.100/2022.

7.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá atender **Portaria S.F. nº 275/2024**.

Prazo de pagamento

7.5. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados à partir do recebimento do material.

7.6 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado **serão atualizados** monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.7. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado nos termo do Art 1º do **Decreto Municipal 51.197/2010** salvo as situações excepcionais constantes do artigo 1º, §1º de SF Nº 9 de 12 de Janeiro de 2021.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

8.2 O Fornecimento do objeto será **UNICA e INTEGRAL**.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar requisitos:

8.3.1 Habilitação jurídica

8.3.1.1 No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

8.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional - Certidão de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais (**CND-Federal**);

8.3.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (**CND-T**);

8.3.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.3.2.5 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado (**CND-Estadual**);

8.3.2.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (**Dívida Ativa**);

8.3.2.7. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante (**Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo**);

8.3.2.7.1. No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

8.3.2.8. Prova de regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (**CND-Municipal**);

8.3.2.8.1 Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.9. Prova de Regularidade perante o **Cadin** Municipal;

Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.3.1 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 807,65

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 807,65 (Oitocentos e sete reais e sessenta e cinco centavos), sendo:**

- **05 caixas (com 10 unidades cada)** x R\$ 161,53, totalizando R\$ 807,65

Item	Quantidade	Unidade	Catmat	Valor Unitário	Valor Total
Lâmpadas, LED, tube glass, 18 W, 1850 lm e 6.500 K(brana fria) - em caixas com 10 unidades	5	Caixa	600036	R\$ 161,53	R\$ 807,65

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo/ Subprefeitura Guaianases.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO NADDEO NETO

CPO - Coordenador

FERNANDO VICENTE

STM - Supervisor

MARIA DA CONCEICAO XAVIER

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 10:06:41.